

# CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

ACTA N.º 08/2012

## DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

**26 DE MARÇO DE 2012**

----- Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal das Lajes das Flores sob a Presidência do Senhor João António Vieira Lourenço, Presidente da Câmara, estando presentes os Senhores Vereadores Luís Carlos Martins Maciel, Armando Meireles Monteiro, Victor José Santos da Rosa e José Floriberto Lourenço.

----- Pelas nove horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, que foi secretariada pela Assistente Técnica Dora Maria de Sousa Nicolau. -----

----- Presente o balancete do dia 23 de março de 2012, que apresentava um saldo total de disponibilidades de um milhão e setenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e trinta e nove cêntimos. -----

### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- No período antes da ordem do dia verificaram-se as seguintes intervenções: -----

----- O Sr. Vereador Luís Maciel mencionou que o funcionário Sr. Mário Pereira veio ao seu encontro para lhe informar que não consegue aceder ao seu processo de aposentação por via electrónica no site da Caixa Geral de Aposentações pois aparentemente foi utilizado um e-mail da Câmara Municipal em vez de colocarem o particular dele durante a realização do processo e assim não pode verificar a evolução do seu pedido de aposentação. -----

----- O Senhor Presidente disse não ter conhecimento visto o senhor em questão nunca lhe ter falado do assunto e não sabe se o mesmo já contactou a secção responsável para esclarecer a razão pela qual não consegue aceder aos seus dados. Também disse que está disponível para fornecer toda a informação necessária referente ao processo em referência. -----

### ----- ORDEM DO DIA -----

----- Procedeu-se então à leitura da acta número sete, da reunião ordinária, celebrada no dia 12 de março do corrente ano, que foi submetida a votação da qual resultou a sua aprovação por unanimidade. -----

*Handwritten signature: J. Raposo Almeida*

----- **TAPADAS** -----

----- Esteve presente um requerimento do Sr. José Raposo Almeida solicitando autorização para efectuar a cedência contratual das tapadas “Pico dos Grotões” (753), “Espigão” (746) e “Salto da Moça” (213 e 528) registadas no livro de Património a favor do Sr. Paulo Jorge Borges Almeida. -----

----- Aprovado por unanimidade. -----

----- **LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO** -----

----- Esteve presente um requerimento, para ratificação, por parte do Senhor António Maria Gonçalves, na qualidade de presidente da Casa do Povo das Lajes das Flores, solicitando licença especial de ruído para o dia 24 de março do corrente ano para realização do 1.º Festival de Sopas e baile/karaoke que teve lugar no Salão da Casa do Povo das Lajes das Flores. -----

----- O Senhor Vereador Armando Monteiro ausentou-se da sala visto pertencer à direcção da referida instituição. -----

----- Foi aprovado por unanimidade dos presentes. -----

----- O Sr. Vereador Armando Meireles Monteiro regressou à sala de reunião. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- Esteve presente um requerimento por parte do Sr. Pedro Alexandre da Silva Vieira a solicitar a apreciação do projecto de licenciamento bem como concessão da respectiva licença de obra para construção de uma moradia unifamiliar sita na freguesia das Lajes das Flores. -----

----- O referido pedido foi aprovado por unanimidade condicionado a parecer favorável por parte da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos. -----

----- **RENOVAÇÃO DE CONTRATO** -----

----- Pedido por parte da Senhora Telma Maria Gonçalves Vieira e Silva a solicitar a renovação do contrato celebrado com a Câmara Municipal das Lajes das Flores referente ao Aldeamento Turístico da Ex-Rádio Naval por mais cinco anos. -----

----- O Senhor Presidente disse que na sua opinião esse pedido deverá ser visto com calma pois só chegou à poucos dias para analisar se irão abrir novo concurso ou se irão renovar, se for para renovar não está de acordo que seja nas mesmas condições existentes até à presente data. Deverão dentro de quinze dias a um mês dar uma resposta final sobre o assunto em questão dando conhecimento à Sr.ª Telma Silva que o pedido dela esteve em reunião camarária e encontra-se em análise. -----

----- O Senhor Vereador José Floriberto Lourenço disse que, em caso de renovação do contrato, não concordava com o prazo de cinco anos. -----

----- O Sr. Vereador Luís Maciel disse estar de acordo com a ideia do Senhor Presidente mas disse que não poderá demorar a dar uma resposta à Senhora em questão pois a mesma tem de saber com o que pode contar



*Handwritten signature: Armando Monteiro*

para poder organizar-se e responder aos pedidos de reservas que começa a ter. -----

----- O Senhor Presidente disse que, caso seja possível, ficará para a próxima reunião. -----

----- O que foi aprovado por todos os presentes. -----

----- **PEDIDO DE APOIO** -----

----- Esteve presente, por parte da Casa do Povo das Lajes das Flores, um pedido de apoio financeiro para suporte de despesas inerentes à realização do primeiro festival de sopas da ilha das Flores. -----

----- O Senhor Vereador Armando Monteiro ausentou-se da sala visto pertencer à direcção da referida instituição. -----

----- O Senhor Presidente propôs conceder um apoio no valor de duzentos e cinquenta euros. -----

----- O Senhor Vereador Luís Maciel mencionou que em relação à atribuição de apoios monetários tem uma opinião que já é antiga e que infelizmente não tem levado a sua avante pois a Câmara tem cedido apoios às colectividades conforme vão pedindo, um pouco arbitrariamente e que na sua opinião não é o mais justo nem correcto. -----

----- O Sr. Presidente disse que a Câmara vai ajudando conforme pode. -----

----- O proposto foi aprovado por unanimidade. -----

----- O Sr. Vereador Armando Meireles Monteiro regressou à sala de reunião. -----

----- **AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO COM PISCINA AQUECIDA COBERTA** -----

----- Estiveram presentes, para análise vários documentos (relatório da obra, decisão judicial referente à empresa Castanheira & Soares e pedido de prorrogação de prazo por parte da referida empresa) e um parecer jurídico elaborado pelo jurista desta Câmara Municipal. -----

----- O Sr. Presidente disse que foi informado de que a empresa em questão, legalmente, pode continuar a exercer a sua actividade. Poder-se-ia adjudicar a conclusão da obra para a empresa classificada em segundo lugar mas parece que o segundo e terceiro classificados no concurso da ampliação do pavilhão também estão em situação financeira difícil. A empresa Castanheira & Soares pode continuar a obra mas não tem capacidade de adquirir o material que falta para a sua conclusão, tendo o fornecedor de facturar à empresa Castanheira & Soares e a Câmara Municipal pagar, pois aquela já não tem crédito. Entretanto a gerência da empresa Castanheira & Soares mandou uma nova proposta que por sua vez a Câmara enviou para o gabinete jurídico a fim de ser analisada e salvaguardar o investimento já realizado nessa obra. -----

----- O Senhor Vereador Armando Monteiro questionou que garantia oferece a empresa Castanheira & Soares para a conclusão da obra dentro do novo prazo apresentado. -----



----- O Sr. Presidente respondeu que como o segundo e terceiro classificados não podem concluir a obra pelas razões já indicadas é uma nova oportunidade para a empresa Castanheira & Soares aguentar-se por mais uns tempos mantendo assim alguns postos de trabalho. -----

----- O Sr. Vereador Luís Maciel questionou se a Câmara não poderia entregar a obra a outra empresa que não tivesse concorrido. -----

----- O Sr. Presidente respondeu que não e que para tal coisa acontecesse teria de abrir novo concurso. -----

----- O Sr. Vereador Luís Maciel mencionou que pela análise do jurista as duas partes envolvidas (Câmara e empresa) deverão reunir-se para combinar os procedimentos referentes ao pagamento de juros ou então os pagamentos serão feitos à massa insolvente e não directamente à empresa. -

----- O Sr. Vereador Luís Maciel questionou quanto à legalidade de a Câmara vir a pagar, directamente aos fornecedores, facturas em nome da empresa Castanheira & Soares. -----

----- O Senhor Presidente respondeu que essa situação não é nova e outras entidades já utilizaram o mesmo procedimento e está dentro da lei. -----

----- O Senhor Vereador Luís Maciel disse que da parte dele e do Sr. Vereador Victor Rosa não existem inconvenientes deste que esteja dentro da legalidade. -----

----- O Sr. Vereador Luís Maciel questionou caso a empresa não conclua a obra dentro do prazo previsto se haverá algum tipo de penalização. -----

----- O Senhor Presidente respondeu que haverá penalização de acordo com a lei em vigor. Também informou que nessa nova proposta a empresa indica um prazo de 150 dias para conclusão da obra o que é superior ao prazo inicial de 120 dias que foi indicado no procedimento concursal e que discorda do novo prazo apresentado, devendo ser apenas de 100 dias. -----

----- Os presentes concordaram unanimemente com o prazo sugerido pelo Sr. Presidente visto o prazo inicial da obra ter sido menor ao actual indicado, não havendo lógica o prazo de conclusão ser superior. -----

----- Assim sendo e: -----

----- Tendo em conta o explanado no relatório da fiscalização em anexo, dando-se por reproduzido; e, bem assim, o cálculo de multas contratuais que decorrem do contrato e do Caderno de Encargos da empreitada ora em referência, determina-se a aplicação ao empreiteiro da multa contratual de 1 049,69 € euros/dia, que, até à presente data, perfaz o montante global de 218 335,52 €. -----

----- Tendo por referência que o interesse público subjacente demanda a necessidade de realização dos trabalhos de finalização da empreitada; considerando que é intenção do empreiteiro realizá-los, efectivamente; considerando que a autarquia não pretende prescindir de ser ressarcida dos atrasos em obra até aqui verificados, conforme as multas contratuais correspondentes equacionadas e acima mencionadas; considerando que o empreiteiro se encontra em situação de insolvência, mas que, ao que parece



terá condições materiais para concluir os trabalhos da empreitada; considerando, nesta medida, que é do manifesto e relevante interesse público municipal que a obra se conclua quanto antes, em ordem a, além do mais, se aproveitarem cabalmente os fundos estruturais de apoio ao seu co-financiamento, o que entronca em razões enquadráveis no n.º 3 do art. 329.º do CCP (Código dos Contratos Públicos), dando-se por reproduzido, determinantes da decisão da autarquia não pretender, pelo menos no imediato, exercer o direito de resolução sancionária do contrato (nos termos em que sempre o poderia efectivamente fazer ao abrigo, entre outros, do art. 333.º/1, h) do CCP); considerando, finalmente, que a autarquia, em ordem a não agravar ainda mais a situação do empreiteiro, se encontra disposta a aceitar o novo plano de trabalhos proposto pelo empreiteiro, no pressuposto de assegurar, de uma vez por todas, a conclusão da obra, subjacente ao desiderato público acima referido, mais se delibera conceder a prorrogação do prazo da empreitada somente por 100 dias - e que por esta via igualmente se aprova -, cujo prazo limite deve imperativamente ser respeitado, sob pena de nova aplicação de multas contratuais e/ou resolução sancionatória do contrato. -----

----- A presente deliberação fica, todavia, condicionada ao seguinte: sem embargo do direito de audiência prévia do co-contratante, relativamente à aplicação das multas acima em causa, a manter-se a sua aplicação (o que se determinará apenas depois de concluída a referida audiência prévia do co-contratante), serão os montantes de multas, concretamente apurados, correspondentemente deduzidos de quaisquer montante que resultem do apuramento de situações de trabalho futuras ainda a executar ou a facturar pelo empreiteiro, nomeadamente por força do novo plano de trabalhos ora aprovados, pelo que a emissão futura de qualquer facturação do empreiteiro deverá já contemplar a dedução em causa e, em qualquer caso, os pagamentos serão depositados à ordem da massa insolvente. -----

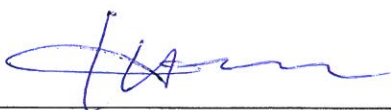
#### ----- ENCERRAMENTO -----

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente, declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata. -----

----- Eram dez horas e trinta minutos. -----

----- E eu, João Carlos da Silva a redigi e subscrevi: --

O Presidente,



A Secretária,

